



# MONTES CLAROS

## LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

Demonstrações  
**FINANCEIRAS 2018**

www.stategrid.com.br

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício de 2018.

#### 1) A COMPANHIA

A Montes Claros é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A LTMIC foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A..

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	151
Tensão em kV:	138/345/500
Subestações:	4

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

##### 3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 39.311.501 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 e de R\$ 31.776.694 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

##### 3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2018 e 2017 são:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
• Liquidez geral	1,90	2,15
• Liquidez corrente	1,90	1,77
• Relação patrimônio líquido/ativo	42,12%	53,83%
• Relação passivo não circulante/ativo	44,74%	40,08%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	12,46%	(0,68%)
• Relação lucro operacional/patrimônio líquido	23,83%	16,50%
Ativos totais - R\$	345.946.583	396.118.845
Lucro líquido/prejuízo do exercício - R\$	18.159.351	(1.442.237)

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. O programa de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

#### 5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

#### 6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019  
A Administração

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	<b>16</b>	61.253.855	61.629.663
Custo da operação	<b>17</b>	<u>(23.280.827)</u>	<u>(23.967.944)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>37.973.028</b>	<b>37.661.719</b>
Despesas gerais e administrativas	<b>18</b>	(3.939.643)	(2.473.828)
Outras receitas e despesas operacionais		687.814	(11.090)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>34.721.199</b>	<b>35.176.801</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>19</b>	<b>(14.636.242)</b>	<b>(21.470.645)</b>
Receita financeira		789.201	772.976
Despesa financeira		<u>(15.425.443)</u>	<u>(22.243.621)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>20.084.957</b>	<b>13.706.156</b>
Imposto de renda e contribuição social	<b>20</b>	(1.925.606)	(15.148.393)
<b>Lucro líquido/prejuízo do exercício</b>		<b>18.159.351</b>	<b>(1.442.237)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	2018	2017
Lucro líquido/prejuízo do exercício	18.159.351	(1.442.237)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>18.159.351</b>	<b>(1.442.237)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>	<b>20.084.957</b>	<b>13.706.156</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	14.501.825	13.918.770
Depreciação	35.777	4.417
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	50.237	119.562
Provisão para contingências	21.773	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(328.661)	(339.198)
Contas a receber - partes relacionadas	22.793	(106.957)
Ativo de concessão (financeiro)	-	(36.934.392)
Ativo de concessão (contratual)	(24.308.824)	-
Estoques	(2.410.079)	(153.657)
Impostos a recuperar	63.259	1.068.869
Adiantamentos a fornecedores	(770.073)	(530.441)
Outros ativos	678.396	(47.186)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	377.986	887.618
Tributos e contribuições sociais	(17.242)	6.734.912
Impostos pagos	(938.382)	(8.634.685)
Juros pagos	(6.683.521)	(7.359.323)
Taxas regulamentares	121.097	(554.244)
Outros passivos	127.570	158.095
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais</b>	<b>628.888</b>	<b>(18.061.684)</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(588.101)	(112.705)
Títulos e valores mobiliários	404.696	-
<b>Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento</b>	<b>(183.405)</b>	<b>(112.705)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos pagos	(9.302.000)	(9.226.440)
Aumento de capital	9.300.000	30.400.000
<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>(302.309)</b>	<b>21.173.560</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>143.174</b>	<b>2.999.171</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>11.244.946</b>	<b>8.245.775</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>11.388.120</b>	<b>11.244.946</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a uma satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

**3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída

continua →

### BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6</b>	11.388.120	11.244.946	Fornecedores - terceiros		1.320.174	850.706
Concessionárias e permissionárias	<b>8</b>	3.542.436	3.264.012	Fornecedores partes relacionadas	<b>22</b>	980.871	1.072.355
Contas a receber - partes relacionadas	<b>22</b>	104.164	126.957	Empréstimos e financiamentos - terceiros	<b>10</b>	9.575.482	9.577.452
Estoques		3.133.874	723.795	Impostos e contribuições sociais	<b>11</b>	504.626	449.107
Impostos a recuperar		96.518	159.777	Taxas regulamentares	<b>12</b>	936.258	815.161
Ativo de concessão (financeiro)	<b>9.1</b>	-	28.992.882	Dividendos propostos		13.438.119	13.438.119
Ativo de concessão (contratual)	<b>9.2</b>	32.653.549	-	Outros passivos circulantes		558.055	430.485
Outros ativos circulantes		<u>983.488</u>	<u>891.811</u>			<b>27.313.585</b>	<b>26.633.385</b>
		<b>51.902.149</b>	<b>45.404.180</b>	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos e financiamentos - terceiros	<b>10</b>	130.416.927	131.898.963
Títulos e valores imobiliários	<b>7</b>	3.942.696	4.347.392	Provisão para contingências	<b>13</b>	21.773	-
Ativo de concessão (financeiro)	<b>9.1</b>	-	343.839.090	Impostos diferidos	<b>14</b>	<u>24.327.321</u>	<u>25.794.107</u>
Ativo de concessão (contratual)	<b>9.2</b>	287.021.231	-			<b>154.766.021</b>	<b>157.693.070</b>
Outros ativos não circulantes		2.400.569	2.400.569	Patrimônio líquido	<b>15</b>		
Imobilizado		<u>679.938</u>	<u>127.614</u>	Capital social		220.025.069	211.025.069
		<b>294.044.434</b>	<b>350.714.665</b>	Retenção de lucros		-	655.783
<b>Total do ativo</b>		<b>345.946.583</b>	<b>396.118.845</b>	Reserva legal		-	111.538
				Prejuízos acumulados		<u>(56.158.092)</u>	<u>-</u>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>345.946.583</b>	<b>396.118.845</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>156.285.490</b>	<b>111.538</b>	<b>2.098.020</b>	-	<b>158.493.048</b>
Aumento de capital conforme AGE de 28 de Março de 2017	54.739.579	-	-	-	54.739.579
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.442.237)	(1.442.237)
Destinação de prejuízo	-	-	(1.442.237)	1.442.237	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>211.025.069</b>	<b>111.538</b>	<b>655.783</b>	-	<b>211.792.390</b>
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018	-	-	-	(75.084.764)	(75.084.764)
Absorção do prejuízo	-	(111.538)	(655.783)	767.321	-
Aumento de capital conforme AGE de 26 de junho de 2018	9.000.000	-	-	-	9.000.000
Lucro do exercício	-	-	-	18.159.351	18.159.351
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>220.025.069</b>	-	-	<u>(56.158.092)</u>	<b>163.866.977</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511 - Centro - Rio de Janeiro. A Companhia tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão. **1.1. Mudança na participação acionária:** Em 27 de outubro de 2014, a Administração de Montes





# MONTES CLAROS

## LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

Demonstrações  
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

### continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.791 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 60.214,99. (ii) **TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410 de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 12.720,31. (iii) **P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

#### 13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

**Contingências prováveis (provisionadas):** A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2018	2017
Trabalhista	21.773	-
	21.773	-

**Contingências possíveis (não provisionadas):** A Companhia não possui processos com expectativa de perda possível.

#### 14. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2018	2017
Impostos diferidos passivos (i)	24.327.321	25.794.107
	24.327.321	25.794.107

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2017, subscrito e integralizado era de R\$ 211.025.069, dividido em 211.025.069 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 26 de junho de 2018 foram subscritas 9.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$ 9.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 220.025.069, dividido em 220.025.069 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2018 e 2017
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

#### 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018	2017
Receita operacional bruta	64.162.408	64.240.427
Receita de operação e manutenção	9.190.898	6.836.316
Remuneração do ativo de concessão	37.197.008	37.933.474
Receita de construção (i)	17.774.502	19.470.637
Outras	-	-
Deduções da receita operacional	(2.908.553)	(2.610.764)
PIS (corrente e diferido)	(253.762)	(265.070)
COFINS (corrente e diferida)	(1.171.207)	(1.223.400)
RGR	(1.010.051)	(757.418)
P&D	(340.280)	(249.110)
TFSEE	(133.253)	(115.766)
	61.253.855	61.629.663

(i) Valor refere-se ao projeto de reforço que segundo a Resolução Autorizativa 4.904/2014, autoriza a Companhia a implantar reforços em instalações de transmissão.

#### 17. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2018	2017
Pessoal	(2.620.905)	(2.285.305)
Material	(153.643)	(183.577)
Serviços de terceiros	(817.110)	(939.671)
Arrendamentos e aluguéis	-	(1.200)
Seguros	(191.326)	(171.203)
Tributos	(38.631)	(40.285)
Custo de construção (i)	(17.774.502)	(19.470.637)
Custo de operação e manutenção	(255.069)	(134.819)
Outras	(1.429.641)	(741.247)
	(23.280.827)	(23.967.944)

(i) Valor refere-se ao projeto de reforço que segundo a resolução autorizativa 4.904/2014, autoriza a Companhia a implantar reforços em instalações de transmissão.

#### 18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Pessoal	(2.900.661)	(1.503.775)
Administradores	(599.249)	(511.981)
Material	(25.915)	(11.385)
Serviços de terceiros	(320.023)	(251.653)
Arrendamentos e aluguéis	(24.294)	(16.076)
Recuperação de despesas	68.940	53.906
Tributos	(4.743)	(3.725)
Depreciação e amortização	(8.985)	(3.326)
Provisões	29.265	(119.563)
Outras	(153.978)	(106.250)
	(3.939.643)	(2.473.828)

#### 19. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receita financeira	789.201	772.976
Receitas de aplicações financeiras	687.655	748.345
Outras receitas financeiras	101.546	24.631
Despesa financeira	(15.425.443)	(22.243.621)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.985.059)	(13.032.987)
Variações monetárias	(548.954)	(246.687)
Comissões	(454.301)	(427.531)
Outras despesas financeiras (i)	(437.129)	(8.536.416)
	(14.636.242)	(21.470.645)

(i) Valor de 2017 refere-se substancialmente a multa e juros decorrente da adesão do programa de regularização tributária.

#### 20. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	2018	2017
Receitas brutas	65.164.391	64.351.758
Base de cálculo (8%)	5.213.151	5.148.141
Outras receitas	807.034	731.688
Base de cálculo	6.020.185	5.879.829
IR devido	(935.067)	(837.289)
(+) IR diferido	(545.990)	(678.874)
Total de IRPJ	(1.481.057)	(906.163)

	2018	2017
Receitas brutas	65.164.391	64.351.758
Base de cálculo (12%)	7.819.727	7.722.211
Outras receitas	807.034	731.688
Base de cálculo	8.626.761	8.453.899
CS devida	(149.714)	(5.745.639)
(+) CS devida	(294.835)	(366.591)
Total de CSLL	(444.549)	(6.112.230)
Total de IRPJ/CSLL	(1.925.606)	(15.148.393)

#### 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### 21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

##### Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.388.120	11.244.946
Títulos e valores mobiliários	7	3.942.696	4.347.392

##### Ativos mensurados pelo custo amortizado

	Nota	2018	2017
Contas a receber - partes relacionadas	22	104.164	126.957
Concessionárias e permissionárias	8	3.542.436	3.264.012
Ativo de concessão (financeiro)	9.1	-	372.831.972

##### Passivos mensurados pelo custo amortizado

	Nota	2018	2017
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	139.992.409	141.476.415
Fornecedores - terceiros	-	1.320.174	850.706
Fornecedores partes relacionadas	22	980.871	1.072.355

#### 21.2. Gestão de risco:

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de**

**juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

#### 22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

##### 22.1. Ativo

	2018	2017
Contas a receber - partes relacionadas	104.164	126.957
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	83.658	106.957
Outros	20.506	20.000

##### 22.2. Passivo

	2018	2017
Fornecedores - partes relacionadas	980.871	1.072.355
Outros	-	131
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	980.871	1.072.224

##### 22.3. Resultado

	2018	2017
Resultado - partes relacionadas	(3.685.561)	(1.935.182)
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	(3.685.561)	(1.935.182)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

#### 23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

#### 24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	2018	2017
Responsabilidade civil	Risco civil	452.739	480.400
Seguro patrimonial	Risco operacional	222.901.189	222.901.189
Veículos	Carros	180.291	180.291
		223.534.219	223.561.880

#### DIRETORIA

Ramon Sade Haddad  
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer  
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa  
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da  
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase - Adoção ao CPC 47 - Receita de contrato com cliente

Chamamos a atenção para a nota 4.1 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados à adoção do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo os principais efeitos o reconhecimento de um ativo de contrato (anteriormente classificado como ativo financeiro) no montante de R\$319.674.780 mil e ajuste ao prejuízo acumulado no montante de R\$75.084.764 mil. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 3.4 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$319.674.780.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao

cumprimento da obrigação de performance satisfiada ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos